

O PAPEL DA CHINA NO CONTINENTE AFRICANO: O CASO DO SUDÃO DO SUL

*THE ROLE OF CHINA IN THE AFRICAN CONTINENT:
THE CASE OF SOUTH SUDAN*

Leonardo de Andrade Alves

Major de Artilharia do Exército Brasileiro
Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro
22290-900 Rio de Janeiro
leodeandrade00@gmail.com

Rodrigo Lima França

Major de Infantaria do Exército Brasileiro
Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro
22290-900 Rio de Janeiro
lfpqdt@gmail.com

Resumo

A pesquisa visa responder à seguinte pergunta: de que forma a China se relaciona com o Sudão do Sul, no contexto atual? O continente africano, particularmente o Sudão do Sul emergiu no século XXI como uma importante área estratégica do globo. Se por um lado, os africanos possuem riquezas minerais e energéticas, por outro a China surge como importante *player* no cenário internacional, ávido por expandir sua área de influência política e econômica. Neste contexto, o Sudão do Sul se apresenta como terreno fértil e propício para a investida chinesa, tendo em vista que é um país rico em jazidas de minério de ferro, cobre, cromo, zinco, volfrâmio, malacacheta/mica, ouro, prata e diamantes, além de ter uma das maiores reservas de petróleo na África. Desta feita, o trabalho pretende, sob o prisma das Relações Internacionais, analisar a política externa que a China adota em relação ao Sudão do Sul, destacando os enlances nos campos econômico, político, psicossocial e militar entre ambos. No final, pretende-se, ainda, contribuir para a construção de mais um instrumento de análise da relação internacional que une dois extremos da geopolítica mundial.

Palavras-Chave: China, Sudão do Sul, Relações Internacionais.

Como citar este artigo: Alves, L. e França, R., 2018. O Papel da China no Continente Africano: O Caso do Sudão do Sul. *Revista de Ciências Militares*, maio, VI(1), pp. 63-83.
Disponível em: <https://www.ium.pt/cisdi/index.php/pt/publicacoes/revista-de-ciencias-militares>.

Abstract

The research aims to answer the following question: what is the relationship between China and South Sudan in the current context? The African continent, particularly South Sudan, emerged as an important strategic area of the globe in the twenty-first century. If on the one hand, Africans have mineral and energy resources, on the other, China has become an important player in the international scene, eager to expand its political and economic sphere of influence. Thus, South Sudan is a fertile territory suitable for Chinese investment because the country is rich in iron ore, copper, chromium, zinc, wolfram, malacacheta/mica, gold, silver, and diamonds, in addition to having one of the largest oil reserves in Africa. Therefore, the paper aims to analyse China's foreign policy for South Sudan from an international relations perspective, with special emphasis on economic, political, psychosocial, and military links. Finally, it also aims to contribute to the construction of a new instrument of analysis of international relations that unites two poles of global geopolitics.

Keywords: *China, South Sudan, International Relations.*

Introdução

A partir de 1970, a política externa da China, dirigida por Deng Xiaoping, era voltada para os países desenvolvidos, tendo em vista que o objetivo naquele momento era atrair países que poderiam investir na China. Após passar esta fase e com o desenvolvimento económico alcançado, a necessidade passou a ser outra: matérias-primas a fim de assegurar o fluxo produtivo da indústria chinesa.

Para Pollock (2007, p. 57) a relação entre a China e os países africanos remonta ao ano 1955, com a Conferência de Bandung, ficando, ao longo dos anos, mais evidente com o apoio aos movimentos de libertação, auxílio médico, infraestrutura de transportes e apoio militar, para países como Angola, Tanzânia, Zâmbia, Argélia, Congo, Moçambique e Zimbábue.

Particularmente com o Sudão, a China iniciou as suas relações nos anos 70, quando enviou equipes médicas e especialistas agrícolas para prestar assistência aos sudaneses. Em 2005, o País foi uma das testemunhas do Acordo de Paz Global (CPA) assinado entre o norte e o sul do Sudão, que encerrou a guerra civil, após cerca de 40 anos, e que anunciou o estabelecimento do governo autónomo do Sudão do Sul. Desde então, a China iniciou relações formais com o Sudão do Sul e a cooperação bilateral em vários campos aumentou progressivamente.

O Sudão do Sul possui jazidas abundantes em minério de ferro, cobre, cromo, zinco, volfrâmio, malacacheta/mica, urânio, bauxita, ouro, prata e diamantes, que aliadas ao seu potencial petrolífero, justifica a importância geopolítica e estratégica do país. “[...]South Sudan is known because of its rich reserve of oil deposits which is an important economic resource [...]”¹. Assim, atraída pelo elevado potencial de mineração, a China instalou uma unidade

¹ Disponível em <https://www.worldatlas.com/articles/biggest-cities-in-south-sudan.html>. [Consult. em 09 de abril de 2017].

consular em Juba, abrindo caminho para que outras instituições se inserissem no país. No mesmo ano, com o objetivo de alavancar a educação, a companhia *China National Petroleum Corporation* (CNPC) financiou a criação de um centro de informática numa universidade local, criando incentivos também na esfera educacional sul sudanesa.

Em fevereiro de 2011, o governo chinês anunciou o reconhecimento dos resultados do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul, realizado em 09 de janeiro de 2011, e a China foi um dos primeiros países do mundo a reconhecer a independência do Sudão do Sul. Em 09 de julho de 2011, quando a República do Sudão do Sul foi estabelecida, o ministro da China de Habitação e Urbanismo Rural, Jiang Weixin, foi convidado como enviado especial do País para participar das celebrações da independência. Em nome do governo chinês, Jiang assinou o Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países com o Ministro dos negócios estrangeiros do Sudão do Sul, Deng Alor Kol, o que significa que, no dia da fundação do Sudão do Sul, a China estabeleceu relações diplomáticas oficiais com o novo país e tornou-se um dos primeiros países a estabelecer este vínculo.

A partir de 2013, com a assunção de Xi Jinping, o governo chinês implementou reformas económicas e sociais que foram acompanhadas por uma guinada no sentido de fortalecer sua política externa, para propiciar maior estabilidade e segurança para a China. A postura adotada por Jinping procurou, por um lado, criar e ou restabelecer mercados que pudessem absorver a produção chinesa e por outro, assegurar o desenvolvimento de sua produção, por meio da garantia do abastecimento em termos de recursos minerais e energéticos. Daí o interesse chinês voltado para os países africanos, orientado particularmente para o Sudão do Sul, possuidor desses recursos em abundância.

Para os países africanos, a relação com a China tem proporcionado oportunidades para o incremento de sua infraestrutura, nos campos político, económico, social e militar. Desde 2009, a China é o maior parceiro comercial da África, segundo dados da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Económico (OCDE)², alcançando cerca de 85 bilhões de dólares³ em 2017.

No contexto das Relações Internacionais, a China tem ocupado lugar de grande relevância no cenário internacional, como uma potência de importante participação nos organismos internacionais. O país é membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e suas relações com os países africanos despertam interesses para se entender a geopolítica moderna.

Aliado a este entendimento, o Sudão do Sul, país independente mais recente do mundo, encontra-se em desenvolvimento e tem problemas internos que provocam uma grave crise humanitária no continente africano. Ademais, o país possui reservas imensuráveis de

² Disponível em: <http://www.oecd.org/dev/africaneconomicoutlook2011.htm>. [Consult. em 09 de abril de 2018]; e em <https://www.forbes.com/sites/realspin/2017/10/18/china-is-africas-biggest-economic-partner-but-what-role-for-the-united-states/#646ae1fb7f43>. [Consult. em 09 de abril de 2018].

³ Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/business/2017-08/03/content_30345488.htm. [Consult. em 09 de abril de 2018].

recursos naturais e minerais em seu território, o que tem atraído a atenção de investidores estrangeiros, em especial os chineses.

Destarte, o presente trabalho justifica-se por realizar uma análise das relações entre a China e o Sudão do Sul, a fim de identificar os interesses daquela potência num jovem país que atravessa uma grande instabilidade política, económica e militar, porém extremamente promissor no que se refere às suas reservas estratégicas, e assim por responder a seguinte pergunta de pesquisa: de que forma a China se relaciona com o Sudão do Sul, no contexto atual?

O objeto de estudo do presente artigo é a relação estabelecida entre a China e o Sudão do Sul. O presente artigo tem por finalidade analisar a política externa que a China adota em relação ao Sudão do Sul, destacando os enlaces nos campos económico, político, psicossocial e militar entre ambos.

A fim de viabilizar a consecução deste objetivo geral, foram formulados objetivos específicos, de forma a encadear logicamente o raciocínio teórico apresentado neste estudo, conforme se segue: descrever as características do Sudão do Sul; analisar a política externa da China em relação ao continente africano; analisar a importância do Sudão do Sul na África e as relações sino-sul sudanesas, descrevendo-as de acordo com os campos político, económico, psicossocial e militar.

Desta forma, sob a perspectiva metodológica, o trabalho foi acomodado sobre o formato de um ensaio teórico, que conduziu a uma pesquisa bibliográfica e documental, em artigos, teses e dissertações já publicados, investigando os autores que abordaram os temas: defesa e segurança; Relações Internacionais da China; neorealismo; segurança na África; política externa da China; processo de formação do Sudão do Sul; relações sino-africanas; e, em seguida, pesquisou os trabalhos de autores que escreveram acerca do imperialismo e da interdependência nas Relações Internacionais. O procedimento adotado permitirá elaborar um plano de trabalho que contenha uma proposta de abordagem exequível da temática, valorizando os conceitos, as ideias principais e os objetivos a serem atingidos, ao passo que facultará a observação de forma ampliada do objeto de estudo, que é a relação entre a China e o Sudão do Sul, seguindo as bases do procedimento apresentadas por Raymond Quivy & Luc Van Campenhout, no livro “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (Quivy et al, 2013, p. 24).

Esta temática evidencia a interdisciplinaridade, uma vez que a base do trabalho está alicerçada nas ciências militares, que neste caso é perpassada por diversas áreas do conhecimento, tais como a ciência política, as ciências sociais e as Relações Internacionais.

Quanto à estruturação, o trabalho está assim dividido: Introdução; 1. Teorias e conceptualizações; 2. A política externa da China na África; 3. O Sudão do Sul no continente africano; 4. As relações Sino-Sul Sudanesas e, Conclusões. Assim sendo, pretende-se concluir acerca de como a China conduz as suas relações com o Sudão do Sul.

1. Teorias e conceptualizações

A sistemática do artigo está direcionada às Ciências Militares perpassando pela área das Relações Internacionais, estabelecendo uma simbiose entre o emprego do poder militar e a política externa, entre o soldado e o diplomata, substanciando o conceito entendido por Clausewitz (1984, p. 69) em que *“a guerra é a continuação da política por outros meios [...]”*.

Para facilitar o entendimento relativo ao que se pretende responder, necessário é entender a afirmação de Kissinger (2015, p. 359), quando relata que o fim da “Guerra Fria” promoveu uma multipolaridade nas Relações Internacionais, acelerada pelo processo de globalização. Processo este que influenciou diretamente o aparecimento de um ambiente operacional difuso e extremamente complexo, onde as ameaças se configuraram de forma diversificada, provocando instabilidades e o conseqüente surgimento de conflitos locais e regionais. Dessa forma, o fim de um grande evento, como foi a Guerra Fria abriu espaço para uma nova era na política internacional, restabelecendo parâmetros nas Relações Internacionais, colocando o indivíduo como ente a ser protegido (Rothschild, 1995, p. 54).

O fio condutor que viabilizará a compreensão da complexidade dos problemas contemporâneos, no ambiente internacional, tem a sua origem nos conceitos da escola marxista, defendidos por Lênin, acerca do imperialismo no início do século XX e na crença de uma motivação de origem econômica, para a 1.^a Grande Guerra ocorrida entre os anos 1914 e 1918. Segundo ele, para expandir-se a capacidade produtiva das potências europeias, era necessário dominar as colônias, explorar suas matérias primas, criando uma organização internacional do trabalho, ilustrando assim, o imperialismo como fase superior do capitalismo (Lênin, 2003, p. 52). Dessa maneira, associa-se a fase imperialista ao uso da força, para a conquista de territórios que pudessem garantir o desenvolvimento industrial do país dominador.

Norman Angell, na sua obra escrita em 1910, ressaltou a necessidade de rever os axiomas políticos, apontando como errônea a crença de que a guerra, por meio da expansão territorial, poderia proporcionar vantagens materiais, estabelecendo um contraponto ao imperialismo, ao afirmar que *“o poder político e militar é economicamente inútil, ou seja, em nada contribui para a prosperidade e o bem-estar daqueles que o detém”* (Angell, 2002, p. 26). Dessa maneira, ao colocar em questão uma das mais antigas tradições do homem, a guerra, Angell propôs uma nova ótica de análise das Relações Internacionais, calcada em premissas liberais, que foi reforçada ao observar que a crise econômica que teve seu epicentro em Nova Iorque, em 1929, impactou Londres. Por esta razão, afirmou que uma nação ou território não permanece isolado sem causar prejuízo a outrem (Angell, 2002, p. 40). Daí o surgimento da teoria de dependência mútua nas Relações Internacionais, que inviabilizou qualquer vantagem advinda da conquista territorial e utilizou mecanismos como: correio rápido, difusão instantânea das notícias e programas de comunicação, reduzindo a animosidade entre as nações.

Edward Carr discutiu as relações entre estados a partir de estudos empíricos, explorando a verdade dos fatos, dando conta de que os Estados não procuram o bem da sociedade

mas sim objetivos particulares (Carr, 2001, p. 128), discordando da teoria defendida por Norman Angell, dando origem à teoria do realismo. Teoria esta fortalecida pelas ideias de Morgenthau, para quem somente uma política externa racional seria capaz de minimizar riscos e maximizar vantagens (Morgenthau, 2003, p. 16), valorizando a racionalidade e a moralidade nas Relações Internacionais.

Destarte, a política externa é uma das manifestações do poder político, que por sua vez *“consiste em uma relação entre os que exercitam e aqueles sobre os quais ele é exercido”* (Morgenthau, 2003, p. 51). No entanto, *“por poder político, referimo-nos às relações mútuas de controle entre os titulares de autoridade pública e entre os últimos e o povo em geral”* (Morgenthau, 2003, p. 51). Ainda que a política externa de uma nação tenha boa permeabilidade no cenário internacional, será inerte se não for sustentada por um governo de qualidade, segundo Morgenthau (2003, p. 280).

O bom governo, considerado como requisito independente do poder nacional corresponde a três coisas: 1) equilíbrio entre, de um lado, os recursos materiais e humanos que entram na formação do poder nacional e, de outro, a política externa a ser implementada; 2) equilíbrio entre os recursos disponíveis; 3) apoio popular à política exterior a ser executada (Morgenthau, 2003, p. 280-281).

A partir da convicção de que o homem é bom e de que a sociedade o corrompe, Morgenthau explorou o conceito de anarquia internacional como falta de governança política e de que para fazer frente a esse *déficit* seria necessário o equilíbrio de poder. Desta maneira, *“...a aspiração de poder por parte de várias nações, em que cada uma tenta manter ou alterar o status quo, leva necessariamente a uma configuração que é chamada de equilíbrio de poder, bem como a políticas que se destinam a preservar esse equilíbrio”* (Morgenthau, 2003, p. 321), promovendo assim a estabilidade num sistema composto por várias forças autônomas.

O meio utilizado para manter o referido equilíbrio, consiste em permitir que os diferentes elementos sigam normalmente suas tendências conflitantes, até o ponto em que a tendência de cada um deixe de ser suficientemente forte para superar a tendência dos demais, mas bastante vigorosa para impedir que as dos demais a subjuguem (Morgenthau, 2003, p. 324).

Foi nesse contexto que a China surgiu como fiel da balança, no período da Guerra Fria, e aumentou a relevância do seu papel nos dias atuais, particularmente após a Cooperação de Shangai.

Raymond Aron foi outro adepto do realismo político, para quem as Relações Internacionais eram a extensão de interesses de grupos, tal como escreveu Lênin. Todavia, para Aron o poder é a capacidade que um Estado possui de influenciar a conduta de terceiros (Aron, 2002, p. 141). Considera o político e o militar na mesma esfera de importância, tendo em vista pertencerem à mesma sociedade, e examina o diplomata e o soldado sob o prisma das relações internas de poder, que transcendem para a política externa. Por isso, atribui grande importância aos exércitos, considerando o poder militar como força pertinente para a autonomia internacional do Estado. Aron não percebe o pensamento estratégico

apartado do pensamento político e, por essa razão afirma que as relações estabelecidas entre os estados assumem duas vias: a diplomática em tempo de paz e a militar em tempo de guerra (Aron, 2002, p. 24).

A corrente teórica conhecida como Escola Realista Inglesa, tem como principal representante Hedley Bull. Para este a sociedade era formada por uma ordem mundial estabelecida entre os Estados, que por sua vez era caracterizada pela ausência de um ente controlador, daí o termo sociedade anárquica. Dessa forma, o inglês atribuía importância à diplomacia para ser aplicada na gestão das Relações Internacionais, por meios pacíficos, para facilitar as comunicações e negociar acordos em nome do Estado (Bull, 2002, p. 187).

Waltz abordou as Relações Internacionais sob o enfoque neorrealista, em que defendia a guerra como meio de ajustamento e controle das relações entre Estados. Para Waltz, “as estruturas emergem da coexistência entre as unidades políticas primárias em cada época, sejam elas cidades-estado, nações ou impérios” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr, 2011, p. 105), assinalando ao mesmo tempo, a importância do Estado nas Relações Internacionais e a necessidade da emergência de uma balança de poderes (Waltz, 2011, p. 164). Um dos fatores que compõe essa balança de poderes é o sistema econômico, que Waltz dividiu em dois tipos: economia de comando e economia de mercado. No primeiro, observa-se a existência de um regulador que coordena e decide acerca de produção e consumo, ao passo que no segundo, existe a coordenação, todavia não se verifica a figura do coordenador (Duarte e Campos, 2013, p. 65).

A Teoria da Interdependência, descrita por Keohane e Nye, afetou a política mundial e o comportamento dos Estados, alcançando uma dimensão diversa da Teoria Realista, uma vez que se percebe, ao observar essa corrente teórica, a insuficiência do uso do poder militar como principal instrumento para se contrapor ao sistema anárquico. Os adeptos dessa teoria reconhecem esse sistema, porém apontam como solução a política de cooperação entre os Estados (Axelrod e Keohane, 1985, p. 243), tratando com o mesmo grau de prioridade os temas ligados à segurança e à economia.

“Em geral, observam, as situações de interdependência não são equilibradas; encontram-se geralmente entre os extremos da simetria perfeita, de um lado, e da dependência completa, do outro” (Galvão, 1993, p. 150). Nesse sentido, a corrente teórica da interdependência assinala que a tradicional força militar perdeu o protagonismo como instrumento de poder, tendo em vista que a determinação do status e do poder passou a estar mais relacionada com os critérios econômicos (Keohane et al, 2012, p. 24).

Com isso, o presente trabalho adentra nos principais aspectos da política externa desenvolvida pela China no continente africano, seguido pela análise de caso da empreitada chinesa no Sudão do Sul, baseado nos conceitos acima descritos, para viabilizar a consecução do objetivo da pesquisa.

2. A política externa da China na África

Bell (2008, cit. por Teles e Souza, 2015, p. 71) afirma que os pilares da política externa chinesa foram formulados no século passado e no entanto, aponta-se que a política chinesa atual, de uma forma geral, foi moldada ao longo dos anos por diversas questões culturais. Um exemplo disto é o Confucionismo, que é uma doutrina filosófica tipicamente chinesa e considerada por alguns como uma religião, definido abaixo:

O Confucionismo recebe este nome devido ao nome atribuído pelo ocidente ao criador da doutrina, Confúcio (551 A.C – 479 A.C), filósofo chinês que analisou a sociedade chinesa e propôs um conjunto de valores a serem seguidos pelos indivíduos, que estão dispostos na obra “Os Analectos”, também denominada como “Diálogos de Confúcio”, elaborada por seus discípulos. A influência do confucionismo não se limitou a uma série de ensinamentos acerca da moral e dos bons costumes, mas também guiou dinastias e o exercício de suas políticas, que passaram a se arraigar na sociedade chinesa e tornaram-se parte da tradição daquela sociedade (Bell, 2008; Kissinger, 2011, cit. por Teles e Souza, 2015, p. 71).

A doutrina confucionista foi-se consolidando ao longo dos anos e passou de uma influência ideológica a parte presente na vida política, por suas particularidades, ratificado abaixo:

A característica central do confucionismo baseia-se no desenvolvimento de relações harmoniosas entre membros da sociedade, bem como entre a sociedade chinesa e os externos a ela. Assim, esta harmonia visa o estabelecimento de relações pacíficas internas e externas que sejam pautadas no respeito mútuo entre as partes envolvidas. Estes ensinamentos de Confúcio propõem elementos ordenadores para a vida em comunidade: a humanidade (ren), o decoro ritual (li) e o respeito (xiao), princípios estes que contribuem para um objetivo mais geral de trazer harmonia à sociedade chinesa (Adler, 2011; Kissinger, 2011; Yao, 2000, cit. por Teles e Souza, 2015, p. 71).

Com base nos princípios confucionistas, citados acima, em especial do respeito e da humanidade, a China tem adotado, ao longo dos anos, uma política externa na qual cultiva o bom relacionamento com os países a fim de garantir seus interesses políticos e econômicos, como a coexistência pacífica e o respeito à soberania dos estados.

A África é importante para ajudar a China a equilibrar suas relações com os Estados Unidos e outras potências ocidentais. Mas as saudáveis relações Sino-Africanas também fornecem à China uma plataforma para a criação e polimento de suas relações no espectro da cooperação “Sul-Sul” (Wenping, 2007, p. 27), o que lhe garante um aumento da sua área de influência naquele continente.

Power e Mohan (2010, p. 478) afirmam que a multipolaridade, o anti hegemonismo e a não-interferência são os conceitos antigos de uma China relativamente fraca e isolada. Os novos conceitos de uma China forte e globalmente envolvida – ascensão pacífica, diplomacia ganha-ganha e mundo harmonioso – são mais consistentes com o multilateralismo e não com a multipolaridade. Contudo, para Racy e Oliveira (2015, p. 51) alguns analistas ocidentais têm, inclusive, criticado o desenvolvimento das relações da China com a África por estarem puramente baseadas em garantir o fornecimento de petróleo e outros recursos naturais,

levando a reclamações de que a China, cega por seus objetivos, apoia regimes autoritários em detrimento da “democracia” e dos “direitos humanos” (Eisenman, 2005, p. 9-11).

Neste contexto e com o isolamento e a competitividade de outros países, a China, aproximou-se do continente africano, conforme se segue:

Já pensando em termos económicos, a parceria da China com países africanos possuía um interesse muito particular a partir da década de 1990, ou seja, o país passou a ser isolado por alguns Estados do ocidente, e a África surgiu, então, como alternativa para a absorção dos produtos chineses, além de servir também como um caminho alternativo para suprir a necessidade energética da China, que perdeu sua autossuficiência nessa década (Teles e Souza, 2015, p. 71).

Lopes, Cardoso e Vadell (2013, p. 85) afirmam que, sob a ótica dos países africanos, uma das questões que torna atrativa a inserção chinesa no continente é que o país segue historicamente sua linha de política externa, baseada nos princípios da coexistência pacífica, pregando a igualdade jurídica entre Estados e o desenvolvimento de relações *win-win*.

As características da política externa chinesa permitem uma grande ampliação das relações diplomáticas e económicas entre China e os países da África, ratificado a seguir:

Os cinco princípios de coexistência pacífica estão mais vigentes do que nunca nesta nova etapa do relacionamento da China com os países do continente africano. A China também se comprometeu em respeitar os diferentes sistemas políticos e caminhos de desenvolvimento escolhidos pelas nações da África; em apoiar a unidade de cooperação da África e da Organização da Unidade Africana (AU). Por fim, vale destacar que a China defende a posição de igualdade entre os Estados. Em outros termos, que a participação ativa dos Estados africanos no sistema internacional deveria ocorrer de forma igualitária – aspeto primordial e de crucial importância para a cooperação e relação económica sino-africana. Deste modo, a inserção chinesa na África exemplifica a sua liderança no mundo dos países em desenvolvimento, apresentando-se como um exemplo da relação de Cooperação Sul-Sul (Lopes, Cardoso e Vadell, 2013, p. 87).

Large (2009, p. 611) assevera que durante o período maoísta até o início da década de 1990, a China Popular mobilizou uma “forte” retórica ideológica das relações externas – da soberania, da igualdade, da não-interferência e da solidariedade – no meio de um conteúdo “fraco” de ajuda real, comércio e relações políticas no Sudão, sendo marco inicial de seu interesse naquela região.

Conforme Schiere (2014, p. 49), em muitos estados frágeis subsaarianos, a China e os doadores tradicionais desempenham um papel importante no processo de reconstrução e da construção da paz. Isto inclui a reconstrução de infraestrutura física, de serviços sociais básicos, de finanças públicas, bem como o crescimento económico adequado e a criação de emprego. A reconstrução pós-conflito tem uma maior taxa de sucesso no estabelecimento de democracias estáveis e processos de paz quando é acompanhada pelo crescimento económico após o conflito (Travers e Owen, 2007, cit. por Schiere, p. 49). No entanto, o principal desafio para o sucesso da comunidade de desenvolvimento é adaptar-se ao processo dinâmico de construção da paz, que é conduzido apenas por atores locais (Brinkerhoff, 2011, cit. por

Schiere, p. 49). É por isso que os princípios do “*New Deal*” incluem a apropriação nacional e se encaixa com a abordagem Sul-Sul da China que respeita os princípios da soberania nacional.

Ross (2015, p. 23) afirma que a China é um dos maiores investidores na África, e que o investimento direto estrangeiro chinês (FDI) na África aumentou significativamente na última década e que as implicações para os países africanos também devem ser consideradas. Em primeiro lugar, os países africanos que não dispõem de uma infraestrutura adequadamente bem desenvolvida ou de um ambiente regulatório propício às empresas terão dificuldade em atrair investimentos de um dos maiores investidores do continente, o que significa que podem perder as vantagens associadas ao FDI. Em segundo lugar, dado que o investimento chinês na África é centrado na aquisição de FDI de procura de recursos sob a forma de recursos naturais, os países anfitriões devem garantir que não sejam explorados em detrimento do país a longo prazo, o que pode ser alcançado por meio de grandes melhorias no ambiente, aumentando a facilidade de fazer negócios e ajudando assim a expor os países africanos às perspectivas de uma ampla gama de investidores internacionais.

Por fim, nota-se que a China tem forte presença na África por causa de sua política externa voltada para princípios da doutrina confucionista, sem deixar a parte os interesses económicos na região.

3. O Sudão do Sul no continente africano

A fim de entender as relações sino-sul sudanesas, esta seção ressalta a importância do Sudão do Sul para o continente africano. Este país africano, cuja capital é Juba, possui fronteiras com a República Centro Africana, a República Democrática do Congo, a Etiópia, o Quênia, a Uganda e o Sudão, e a seguinte síntese histórica:

O Sudão do Sul teve duas guerras civis que eram essencialmente sobre arranjos constitucionais e os direitos à autodeterminação para o Sudão do Sul e pessoas em outras periferias. O segundo conflito, entre o Governo do Sudão e o movimento guerrilheiro, o Movimento / Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLM/A), começou em 1983. Desde 1986, os partidos negociaram em diferentes fóruns; um acordo de paz foi finalmente atingido em 2005. Isto proporcionou um período de transição de seis anos e meio (2005 a 2011), durante o qual o Sudão do Sul era uma entidade semiautónoma. As relações entre o SPLM, o movimento rebelde e o partido político, e o Partido do Congresso Nacional em Cartum, capital do Sudão, foram desgastantes. Poucos esperavam que o acordo de paz durasse e uma das contingências foi a falta de coesão interna dentro do movimento rebelde. Com exceção de algumas pequenas rebeliões e deserções, o SPLM conseguiu permanecer unido durante o período intermediário (Rolandsen et al, 2015, p. 88).

No campo político, embora seja um país recente, o Sudão do Sul tem uma estrutura há décadas, alavancada desde a criação de um dos principais movimentos políticos, que assinou o acordo de paz em 2005, após findar a 2.^a Guerra Civil: o Movimento de Libertação do Povo Sudanês.

Riak (2013, p. 490) afirma que o Sudão do Sul é dominado pelo Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM), com a sua ala militar, o Exército Popular de Libertação do Sudão

(SPLA). Os outros partidos políticos são fracos e muitas vezes são reprimidos para não falar sobre questões de governação no país. A sociedade civil é fraca e seus membros são muitas vezes coagidos e torturados para se absterem de falar sobre corrupção do governo. A este respeito, a medição das percepções das pessoas nas ruas é a única maneira possível de obter um senso da prevalência da corrupção.

Na área psicossocial, segundo o *Sudan Household Health Survey* (2007, cit. por Oliveira e Silva, 2011, p. 25), o Sudão do Sul é um país que já nasceu com alguns dos piores indicadores sociais do mundo. Não existem praticamente infraestruturas de saneamento básico, sendo que apenas 13% da população têm acesso a água tratada, 3,3% contam com água e esgoto encanados, e 90% da população vive com menos de um dólar por dia, ou seja, encontra-se abaixo da linha da miséria (Oliveira e Silva, 2001, p. 25).

Ademais, o país possui somente três hospitais e um índice de apenas um médico para cada 500 mil habitantes. O resultado deste quadro é grave. O Sudão do Sul apresenta as mais altas taxas de mortalidade infantil por causa de vários motivos, como a falta de pessoal de saúde, serviços e medicamentos, dentre outros. Além disso, estimativas de 2015 apresentam um quadro de mortalidade materna de 789 óbitos por mil crianças, o que coloca o país entre os piores índices do mundo⁴.

Para Badal (1990, p. 265), a política de preservação do Norte muçulmano, com leis islâmicas, geraria, mais tarde, uma “Política do Sul” de pleno direito, porque o Sul incentivava a manutenção do *status quo* da cristianização. Resumidamente, isso significou a introdução de medidas mais rigorosas para conter as influências islâmicas no Sudão do Sul, surgindo as sementes do futuro conflito.

Buzan e Waver (2003, p. 242) afirmam que a longa guerra civil e a fome ocorridas no Sudão mataram mais de 2 milhões e deslocaram cerca de 5 milhões a mais, o que acarretou em graves problemas sociais. Aliados a este problema, Nascimento (2012, p. 27) ratifica que em virtude das suas características internas marcadas diversidade étnica e religiosa, e da sua trajetória de conflito, o Sudão constitui um caso particularmente interessante do ponto de vista do debate teórico acerca do papel que as diferenças étnicas e religiosas assumem enquanto causas de violência.

A questão étnica foi que mais destacou os problemas entre os diversos grupos naquele país, como descrito a seguir:

Outra questão para a nova nação refere-se aos conflitos étnicos no território. O Sudão foi dominado culturalmente por uma maioria árabe sunita, cerca de 34 milhões de pessoas, ao passo que, na República do Sudão do Sul se aglutinaram uma mistura étnica de aproximadamente 200 grupos, interdependentes culturalmente, com suas próprias línguas e tradições. Neste contexto, a etnia Dinka manteve a supremacia do território sulista, especialmente na região de Jonglei, a noroeste de Juba, onde a terra é bastante fértil para a criação de gado e em reserva de água. Nos meses seguintes a independência da nova república,

⁴ Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/od.html>. [Consult. em 10 de abril de 2017].

os conflitos se intensificaram entre as tribos nômades árabes e os agricultores negros Dinka pelo direito ao acesso dessas riquezas naturais, resultando no deslocamento de milhares de pessoas (Sánchez, 2011, cit. por Freitas, 2013, p. 179).

Neste contexto dos conflitos internos emergentes pós-independência, a securitização dos problemas de segurança no Sudão do Sul provocou o surgimento de novos exércitos irregulares, milícias e grupos rebeldes em várias localidades.

No campo económico, segundo Oliveira e Silva (2011, p. 25) o novo país não conta com praticamente nenhuma infraestrutura mais complexa de transportes, energia ou comunicações, haja vista que os existentes se concentram em Cartum, capital do Sudão. O Sudão do Sul conta com apenas 50 km de estradas pavimentadas em um território de 619 mil km², sendo que a maior parte dos trechos asfaltados se concentra nos arredores de Juba, a capital. Além disso, parte da rarefeita infraestrutura herdada da era colonial acabou destruída ainda na primeira guerra civil do país (1955–1972) e nunca foi reconstruída. O pouco que restou foi destruído durante a segunda guerra civil (1983-2005).

Em contrapartida, Dash (2012, p. 87) afirma que o Sudão do Sul é um dos maiores produtores de petróleo da África subsaariana e abriu novos canais de parceria transnacional e de ganhos de exportação na indústria do petróleo. O atual processo de globalização do petróleo, a diversificação da oferta e da demanda, a transnacionalização do processo de exploração, produção e transporte criaram um meio para que os países africanos emergentes utilizassem seus recursos petrolíferos como meios de diplomacia para alcançar sua política externa.

Os Estados Unidos da América, há décadas, foi um dos principais exploradores de petróleo na região do Sudão e do Sudão do Sul. Porém, a relação do Governo do Sudão com células terroristas, a insegurança na região, a condenação do presidente do Sudão no Tribunal Penal Internacional e os embargos económicos impostos ao país, afastaram os investimentos no Sudão e a principal empresa americana, a Chevron, deixou a região antes da assinatura do acordo de paz em 2005.

Neste contexto, a China aproveitou a oportunidade e comprou as concessões que antes eram propriedades de empresas estadunidenses. Freitas (2013, p. 185) afirma que a China e os Estados Unidos são os principais parceiros económicos na exportação do petróleo sulista e poderiam atuar no conflito interno naquele país com uma intervenção cooperativa, promovendo acordos e mecanismos pacíficos de resolução de conflitos. Ademais, a China sempre teve ótimas relações comerciais com o Sudão, como a seguir:

A China tem desenvolvido, desde o estabelecimento das suas relações com os países africanos, mas, sobretudo, a partir dos anos 1990, projetos em diversas áreas. O petróleo e outros recursos naturais representam uma parte importante do investimento de Pequim no continente. A estratégia das grandes potências Ocidentais, frente ao crescimento apresentado por Pequim, de controlar, progressivamente, o acesso da China aos recursos naturais, particularmente na Ásia Central, fez com que o governo chinês se voltasse para os países em desenvolvimento, especialmente na África que, em 2007, possuía aproximadamente 10% das reservas de petróleo mundiais. Nesse sentido,

Sudão e Angola – que, nos anos 2000, ultrapassou a Arábia Saudita como maior fornecedor de petróleo para Pequim – estariam entre os parceiros africanos mais importantes, em termos energéticos (Visentini, 2014, p. 45).

Desta feita, nota-se a importância geopolítica do Sudão do Sul no continente africano, por suas riquezas minerais e naturais, visto que atrai a parceria econômica e política das duas principais potências mundiais: os Estados Unidos da América e a China, no entanto é um país que possui severos problemas psicossociais e de segurança.

4. As relações Sino-Sul Sudanesas

Esta seção aborda as relações Sino-Sul Sudanesas, nos diversos campos do poder. Segundo o ICG (2017, p. 1), a abordagem proativa da China para o Sudão do Sul parece ser uma desvantagem significativa de seu princípio de longa data de não interferência. Na verdade, apesar da retórica oficial sugerindo uma doutrina imutável, a interpretação da China da não interferência evoluiu de maneira que reflete a definição de interesses e objetivos nacionais. Mesmo que o debate teórico continue, Pequim traçou um caminho intermediário, mantendo o amplo princípio de não interferência enquanto estica sua interpretação e experimenta várias maneiras de aplicá-lo⁵.

Brautigam (2009, p. 10) afirma que os custos de industrialização rápida da China estão a ser considerados pelos grandes líderes nos dias de hoje. Para muitos africanos, estes custos são invisíveis e refletem a prosperidade da China, por meio dos comerciantes fiéis que chegam para vender bens, do número crescente de turistas chineses que viajam para a África e das delegações de líderes empresariais chineses. A ideia da China como modelo de prosperidade capturou a imaginação de muitos africanos comuns, embora outros tenham medo da ameaça da concorrência do gigante industrial chinês e do aumento dos comerciantes chineses que competem nos mercados locais africanos.

A China é diferente como doadora e parceira estratégica porque também é um país em desenvolvimento, e seu sucesso no desenvolvimento, explicitamente, por sua rápida transformação econômica e redução da pobreza, conferem-lhe uma grande credibilidade como parceiro com experiência recente e relevante (Brautigam, 2009, p. 11).

A ajuda da China e a cooperação econômica diferem tanto em seu conteúdo quanto nas normas de ajuda. A assistência chinesa é consideravelmente mais simples, e mudou pouco nos últimos anos. Influenciados pela sua própria experiência de desenvolvimento e pelos pedidos dos países beneficiários, os programas chineses de ajuda e de cooperação econômica enfatizam as áreas de infraestrutura, de produção e educação, num momento no qual os doadores tradicionais minimizam tudo isto. Os empréstimos chineses para infraestrutura destinam-se a reduzir os altos custos de produção, embora os contratos sejam vinculados às empresas chinesas. Os subsídios para *joint ventures* produtivos deveriam criar emprego, capacidade local e demanda de máquinas e equipamentos chineses. Os Empréstimos para

⁵ Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/africa/horn-africa/south-sudan/288-china-s-foreign-policy-experiment-south-sudan>>. [Consult. em 28 de novembro de 2017].

compradores de produtos chineses e o acesso livre de tarifa, para *commodities* de países da África, com baixa renda, caracterizam a ajuda chinesa. Ademais, há equipes de saúde rotativas populares que equipam os hospitais locais por décadas (Brautigam, 2009, p. 11).

Em junho de 2017, o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP) recebeu uma contribuição de USD 5 milhões do Governo da República Popular da China para fornecer assistência alimentar às 160 mil pessoas afetadas pela fome aguda no Sudão do Sul, incluindo 30 mil crianças menores de cinco anos. O Sudão do Sul está enfrentando os piores níveis de fome aguda desde a independência, afetando mais de 90 mil pessoas em partes do País. No total, cerca de 5,5 milhões de pessoas no país não tem certeza de onde sua próxima refeição virá. A contribuição da China permite ao WFP comprar e distribuir cerca de 2400 toneladas de sorgo, alimento local. Esta é a segunda vez, em dois anos, que a China está contribuindo para a operação de assistência alimentar do WFP no país⁶.

Em outubro de 2017, o governo chinês transferiu o terceiro lote de arroz de emergência para o governo do Sudão do Sul, que é de 60 recipientes com carga de arroz de 1500 toneladas, 27 contentores de itens não alimentares, incluindo 3700 tendas, 15000 pacotes de mosquiteiros e 30000 cobertores. Os primeiros dois lotes de arroz de emergência com a quantidade de 2750 toneladas foram entregues em agosto e setembro de 2017, o 4.º lote de mais 1000 toneladas de arroz está agora a ser enviado de Mombasa do Quênia para Juba, e o 5.º lote de 1000 toneladas de arroz está a caminho do transporte marítimo. O resto do arroz deve ser enviado para o Sudão do Sul em vários lotes de acordo com a capacidade de manuseio da China. Desde dezembro de 2013, a China tem fornecido continuamente assistência humanitária de maneira regular e de emergência no Sudão do Sul. A China continuará, dentro de sua capacidade, proporcionando um forte apoio aos sul-sudaneses nas áreas de ajuda humanitária e construção da nação⁷.

Também no campo psicossocial, a China tem apoiado o Sudão do Sul na área do ensino universitário. Cerca de duzentos estudantes do Sudão do Sul receberam bolsas de estudo para estudar em várias universidades chinesas. O programa é parte da contribuição da China para o desenvolvimento do Sudão do Sul, apoiando a qualificação de recursos humanos. Os programas na China aumentarão o conhecimento do povo do Sudão do Sul, um país que está em guerra desde 2013. A China ofereceu 4100 bolsas de estudo e programas de formação de curta duração para o Sudão do Sul, uma vez que a nova nação ganhou independência em julho de 2011⁸.

Para Breslin (2013, p. 1285), nota-se a importância das exportações chinesas, podendo destacá-la como fornecedora de armas, como exportadora de grandes instalações industriais

⁶ *World Food Programme (WFP)*. Disponível em: <<https://www.wfp.org/news/news-release/china-contributes-us5-million-wfps-emergency-operation-south-sudan>>. [Consult. em 27 de novembro de 2017].

⁷ *Embassy of the People's Republic of China in South Sudan*. Disponível em: <<http://ss.chineseembassy.org/eng/sbjw/t1501334.htm>>, [Consult. em 28 de novembro de 2017].

⁸ *Sudan Tribune*, disponível em: <<http://www.sudantribune.com/spip.php?article63398>>, [Consult. em 28 de novembro de 2017].

e tecnologia, incluindo a relacionada ao ramo de energia, e como fornecedora de bens de consumo, particularmente têxteis e bens de consumo de tecnologia baixa.

A questão da segurança é uma situação crucial que envolve a China e o Sudão do Sul. O Governo do Sudão do Sul (GRSS), conforme Large (2016, p. 40), recebeu o fornecimento de armas chinesas, detalhado num relatório do painel de sanções da ONU que documenta um envio de armas, munições e material que o Exército de Libertação do Povo Sudanês (SPLA) recebeu da Norinco (*China North Industries Group Corporation*) em julho de 2014. Esta remessa de armas, no valor de USD 46,8 milhões, de acordo com o Ministério das Finanças e ao Planejamento Económico, foi enviada antes do início da guerra. Ademais, a mera aparência do governo chinês que procura promover a paz e participar da manutenção da paz da ONU num conflito caracterizado por um imenso sofrimento civil, enquanto uma empresa chinesa estava simultaneamente fornecendo armas de guerra a Juba, ilustra dramaticamente o papel misto e contraditório de um envolvimento chinês formado por múltiplos atores (Large, 2016, p. 41).

Large (2016, p. 36) assevera que do ponto de vista do governo chinês, as relações de Pequim com o Sudão do Sul influenciaram-se de forma significativa pelo seu envolvimento no Sudão, especialmente a partir de meados da década de 1990, quando a parceria sino-sudanesa de petróleo foi iniciada. As operações chinesas de petróleo lideradas, pela *China National Petroleum Corporation* (CNPC), começaram e expandiram as suas operações no meio das guerras civis que aconteciam no Sudão naquele momento; isto é, não apenas o conflito Norte-Sul, mas também o conflito no próprio território do Sudão do Sul. O maior poder externo com interesse prático em garantir a paz no sul do Sudão é a China. As empresas chinesas têm uma participação de 40% nos maiores campos de petróleo do Sudão do Sul, que por sua vez representam 5% das importações de petróleo da China (Large, 2016, p. 36).

O embaixador da China no Sudão do Sul reafirmou que a indústria do petróleo do Sudão do Sul continuou a ser “vital para a economia chinesa” e “segurança das importações de petróleo”, uma vez que o petróleo do Sul voltou forte em 2013 e, neste mesmo ano, a China importou 3,5 milhões toneladas de petróleo bruto do país (Martina, 2014, cit. por Barber, 2014, p. 226).

Cabe destacar que, segundo Large (2016, p. 38), as relações da China com o Sudão do Sul desenvolveram-se neste contexto e foram formalmente moldadas pelo papel mais importante chinês no setor petrolífero. Isto significava que, além dos desafios da procura de um reforço das relações políticas e do desenvolvimento do seu alistamento económico no Sudão do Sul, a China ficou dependente da turbulenta relação entre o Sudão do Sul e o Sudão.

As empresas estatais chinesas de petróleo compartilhavam a preocupação do governo chinês em proteger o bem-estar imediato dos trabalhadores chineses que operam nas áreas afetadas pelo conflito e na proteção de seus investimentos no petróleo. Embora as estatísticas de produção de petróleo, confiáveis e precisas, sejam evasivas, antes de dezembro de 2013, o nível de produção do Sudão do Sul foi relatado como sendo de cerca de 245 mil barris por dia (bpd), ainda que, em outubro de 2013, o Ministério do Petróleo e Mineração divulgasse

cerca de 190 mil bpd. Em março de 2014, a produção de petróleo no Sudão do Sul foi cerca de 167 mil bpd e aproximadamente 140 mil bpd em 2015 (Large, 2016, p. 40).

Conforme o ICG (2017, p. 1), as companhias de petróleo não estavam sozinhas no investimento no Sudão do Sul. Outras empresas seguiram o exemplo, acompanhadas de empréstimos chineses. O comércio bilateral atingiu USD 534 milhões em 2012 e até 2013, e cerca de 100 empresas chinesas estavam registradas no Sudão do Sul, abrangendo energia, engenharia, construção, telecomunicações, serviços médicos, hotéis, restaurantes e varejo. Alguns viram o Sudão do Sul como um “paraíso para os investidores”: um país rico em renda do petróleo, com enormes necessidades de infraestrutura, quase nenhuma indústria e nenhuma competição ocidental. Os custos operacionais, com aluguel e mão-de-obra barata, foram baixos e as margens de lucro chegaram a 50% antes da atual crise econômica. No entanto, segundo o ICG (2017, p. 1), ainda quando a guerra civil estourou em dezembro de 2013, a CNPC evacuou muitos funcionários em aviões da empresa e outros cidadãos chineses fugiram através de caravanas⁹.

Para Large (2016, p. 36) o ajuste de segurança da China foi multifacetado, apresentando respostas montadas por agências chinesas em conjunto com o governo às ameaças colocadas pelos conflitos aos interesses chineses, juntamente com um esforço para contribuir com a manutenção da paz das Nações Unidas como parte do papel multinacional da China que se estende ao Conselho de Segurança da ONU. Tais respostas prolongaram-se para além das relações do governo central chinês com o governo do Sudão do Sul, por apresentar outros atores, principalmente corporações.

Benabdallah (2016, p. 24) afirma que as missões de manutenção da paz chinesas se envolvem em capacitações para as forças de segurança locais. Como exemplo, ele cita que o ex-primeiro-ministro de Mali, Moussa Mara, expressou que *“as forças de paz chinesas não são apenas uma força de paz, mas também uma força de desenvolvimento. Eles entendem que manter a paz não significa apenas usar armamento e enviar tropas, mas sim melhorar os meios de subsistência dos habitantes locais. Os pacificadores ganharam os corações do povo maliano”*. A declaração de Moussa Mara indica que as forças de paz chinesas desempenham um papel importante na formação da imagem da China no exterior e trabalham diretamente para transmitir o papel da China na África como pacífica e não agressiva. Segundo o autor, ainda, a China é hoje o maior fornecedor de tropas de manutenção da paz entre todos os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e responsável por 10% do orçamento do Departamento de Manutenção de Paz (DPKO).

No entanto, a política externa da China no Sudão do Sul, onde é um ator fundamental nas conversações de paz e no desenvolvimento, está enfrentando desafios que questionam a eficácia do binómio desenvolvimento-segurança. Com certeza, o governo chinês tem trabalhado arduamente para fornecer programas de investimento, desenvolvimento e capacitação para o Sudão do Sul e, até certo ponto, houve um aumento significativo no PIB do Sudão do Sul, devido

⁹ Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/africa/horn-africa/south-sudan/288-china-s-foreign-policy-experiment-south-sudan>>. [Consult. em 28 de novembro de 2017].

ao envolvimento chinês. No entanto, apesar de todos os esforços, o crescimento económico no Sudão do Sul não se traduziu num ambiente de paz e segurança. Ainda mais crucial, as relações bilaterais da China com o Sudão do Sul estão num ponto muito baixo por causa das incertezas relacionadas às disputas entre o Sudão e o Sudão do Sul (Benabdallah, 2016, p. 26).

Benabdallah (2016, p. 26) relata que a China foi um dos primeiros países a reconhecer o estabelecimento do novo estado do Sudão do Sul, e os negócios foram focados na obtenção de exportações de petróleo. Contudo, no final de 2013, uma série de lutas violentas surgiram entre fações rivais no Sudão do Sul, com cerca de quatrocentos trabalhadores de petróleo chineses evacuados, o que levou à diminuição das exportações. O Ministério dos Negócios Estrangeiros da China (MOFA) não evocou seu princípio de não interferência quando se apressou a emitir declarações pedindo um cessar-fogo imediato e solicitando ao governo do Sudão do Sul proteção aos cidadãos chineses no país. O MOFA desempenhou um papel proactivo na mediação das negociações entre as fações em guerra em Adis Abeba em 2014 e, em maio de 2014, a China contribuiu com 314 soldados para a Missão da ONU no Sudão do Sul (UNMISS). Esta primeira implantação consistiu em tropas de manutenção de paz que não eram combatentes, sendo enviadas para trabalhar em projetos de desenvolvimento, como perfurar poços de água, construir unidades habitacionais e fornecer assistência médica básica. Em setembro de 2014, a China anunciou a implantação de uma segunda unidade com a UNMISS, desta vez de setecentos soldados, sendo que quatrocentos foram retirados em abril de 2015, quando um grupo rebelde assumiu os principais campos petrolíferos. Esta foi a primeira vez na história da China que houve contribuição de tropas para a manutenção de paz e seu mandato inclui a proteção de civis, forças de paz e infraestrutura.

Na área política, a China tem sido um dos principais parceiros do Sudão do Sul. Large (2016, p. 42) afirma que o envolvimento político da China com o Sudão do Sul evoluiu consideravelmente após a independência daquela jovem nação, interligando conexões diretas e indiretas e apresentando relações bilaterais intraestatais e laços de partidos. Além disto, o apoio da China em mediação internacional representa a assunção de um papel em uma base mais multilateral. Com os interesses económicos que continuam a ser um importante impulso no engajamento da China, os desafios da proteção de investimentos e da resposta aos conflitos exigem a adaptação do seu envolvimento político. Os laços bilaterais entre a China e a República do Sudão do Sul continuaram regularmente ao mais alto nível e Pequim prioriza as relações com o governo central do Sudão do Sul, com o partido do poder e com o Exército (Large, 2016, p. 42).

Segundo o ICG (2017, p. 1) a influência chinesa incentivou *Khartoum* a exercer moderação no Sudão do Sul, o que também ajudou a estabelecer o governo sudanês em 2016 para as negociações sobre o alívio de sanções de Washington, que estava aconselhando a mesma abordagem. Esta influência contribuiu para a resolução das pendências entre o Sudão e o Sudão do Sul, caracterizando a primeira vez que a China realiza o papel de mediador em solo estrangeiro¹⁰.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/africa/horn-africa/south-sudan/288-china-s-foreign-policy-experiment-south-sudan>>, [Consult. em 28 de novembro de 2017].

Conclusões

Abordando os aspetos conclusivos, observa-se que a presença chinesa vem ocorrendo em ritmo e intensidade que indicam tratar-se de iniciativa com forte conteúdo político-estratégico, extrapolando o tradicional patamar económico que pauta as relações chinesas.

Após a ascensão de Deng Xiaoping, a economia chinesa apresentou um potente crescimento. Parte desse resultado deveu-se à postura de sua política externa adotada para com a África, que permitiu a presença económica direta, ao mesmo tempo que viabilizou o exercício de considerável influência nas políticas de desenvolvimento naquele continente.

No entanto, desde 2009, a China tem despontado como grande parceiro da África. Particularmente no caso do Sudão do Sul, os chineses têm atuado amplamente para a reestruturação do país, contribuindo para a construção da paz e para a reconstrução da infraestrutura física, dos serviços básicos, das finanças. Assim, se verifica que a política externa da China procura viabilizar o caminho para a construção da nação sul-sudanesa.

Por seu turno, a China atribuiu importância à cooperação com os países africanos, o que, em larga medida, permitiu o alargamento da esfera de influência chinesa para os países em desenvolvimento, principalmente para o continente africano. Características como a coexistência pacífica e a procura pela igualdade jurídica entre os Estados nortearam a aproximação chinesa na África e garantiram o fortalecimento dessa relação, sobretudo pelo fato de a China respeitar os princípios da soberania nacional.

Dada a importância geopolítica do Sudão do Sul e a constante procura pela China por inovações e caminhos para exercer à sua política externa, embora em situações diametralmente opostas no cenário internacional, no Sudão do Sul, a China ocupou um vácuo em setores não assistidos pelas potências do ocidente, conquistando esse espaço, por seguir historicamente os princípios confucionistas, e ampliando sua influência na África.

Além disso, o apreço chinês pela soberania nacional, igualdade e respeito mútuo, os diferenciam das demais nações e evidencia que a China preza pela estabilidade doméstica e pela integridade territorial das nações ao redor do mundo, o que tem facilitado sobremaneira sua inserção no continente africano.

Do exposto, pode-se concluir que ao mesmo tempo em que se observa nas atuais relações sino-sul sudanesas, tendências ligadas à corrente teórica da interdependência entre os Estados, que tem em Keohane e Nye os seus maiores expoentes. Verifica-se também traços característicos do sistema económico especificado por Waltz, em que a China exerce o papel de país coordenador, o que tem gerado um resultado vantajoso para os dois lados. Para os chineses, a vantagem, que é determinante para sua permanência na região, repousa no fortalecimento de sua presença e influência no continente africano, bem como nas relações comerciais. Já para os sul-sudaneses, essas relações se constituem na força motriz que impulsiona a esfera sócio económica, a qual em larga medida favorece o desenvolvimento do Sudão do Sul como nação.

Por fim, muito embora a China possua poder militar extremamente superior ao do Sudão do Sul, a via escolhida para essa aproximação, não está balizada por soldados, mas sim

alicerçada na cooperação mútua. Destarte, entende-se que a China usa a interdependência como fonte de poder pois, por ser menos dependente na relação, possui mais recursos políticos que permitem controlar o resultado das negociações, contribuindo assim para fortalecer a sua projeção internacional, cooperando para o crescimento e desenvolvimento do Sudão do Sul.

Referências bibliográficas

- Alden, C. e Alves, A., 2008. History & Identity in the Construction of China's Africa Policy. *Review of African Political Economy*, s.d., 35(115), pp. 43-58.
- Alden, C. e Large, D., 2011. China's Exceptionalism and the Challenges of Delivering Difference in Africa. *Journal of Contemporary China*, 20 de março, 20(68), pp. 21-38.
- Angell, N., 2002. *A Grande Ilusão*. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: São Paulo.
- Aron, R., 2002. *Paz e Guerra entre as Nações*. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: São Paulo.
- Axelrod, R. e Keohane, R., 1985. Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions. *World Politics*, 1 de janeiro, 38 (1), pp. 226-254.
- Badal, R., 1990. Religion and Conflict in the Sudan: a Perspective. *Bulletin of Peace Proposals of Department of Political Science*, University of Sudan, 1 de julho, 21(3), pp. 263-272.
- Barber, L., 2014. *Chinese Foreign Policy in the 'Going Out' Era: Confronting Challenges and 'Adaptive Learning' in the Case of China-Sudan and South Sudan Relations*. Tese de PhD. The London School of Economics and Political Science.
- Bell, D., 2008. *China's New Confucianism: Politics and Everyday Life in a Changing Society*. Princeton University Press.
- Benabdallah, L., 2016. China's Peace and Security Strategies in Africa: Building Capacity is Building Peace? *The Center for African Studies of University of Florida*, s.d, 16 (3), pp. 17-34.
- Brautigam, D., 2009. *The Dragon's Gift – The Real Story of China in Africa*. Oxford University Press.
- Breslin, S., 2013. China and the South: Objectives, Actors and Interactions. *Development and Change/International Institute of Social Studies*, 4 de novembro, 44(6), pp. 1273-1294.
- Bull, H., 2002. *A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial*. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: São Paulo.
- Brinkerhoff, D., 2011. State Fragility and Governance: Conflict Mitigation and Subnational Perspectives. *Development Policy Review*, s.d., 29(2), pp. 131-153.
- Buzan, B. e Waver, O., 2003. *Regions and Powers The Structure of International Security*. Cambridge Studies in International Relations.
- Carr, E., 2001. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: São Paulo.
- Chini, A. e Visentini, P., 2011. A China no Sudão e no Egito: Parceria Estratégica. Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. s.d. Rio Grande do Sul, Brasil.

- Clausewitz, V., 1984. *Da Guerra*. Princeton: Princeton University Press.
- Dash, S 2012. 'Sudan's Oil Diplomacy: 1991-2003'. *Insight on Africa, African Studies Association of India*, New Delhi, s.d, 4(1), pp. 87-94.
- Dougherty, J. e Pfaltzgraff Jr, R., 2011. *Relações Internacionais: As teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva.
- Duarte, E. e Campos, T. C., 2013. Waltz, a ideia de anarquia e o estudo das relações internacionais. *Relações Internacionais (R: I)*, 28 de julho de 2013, (39), 63-66.
- Eisenman, J., 2005. Zimbabwe: China's African Ally. *China Brief*, s.d, 5(15) pp. 9-11.
- Freitas, J., 2013. Cruzando as Fronteiras: causas e consequências dos refugiados no Sudão do Sul. *Revista Política Hoje da Universidade Federal de Pernambuco – 2.ª Edição*, s.d, 22(2), pp. 171-187.
- Galvão, M., 1993. O realismo de cada um: interdependência e relações políticas entre os Estados no mundo pós-guerra fria. *Revista Estudos Históricos*, s.d., 6(12), pp. 149-162.
- International Crisis Group (ICG), 2017. *China's Foreign Policy Experiment in South Sudan*. Report n.º 288/AFRICA. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/africa/horn-africa/south-sudan/288-china-s-foreign-policy-experiment-south-sudan>>, [Consult. em 28 de novembro de 2017].
- Jakobson, L. e Knox, D., 2010. *New Foreign Policy Actors in China*. Estocolmo: SIPRI. Disponível em: <<http://books.sipri.org/files/PP/SIPRIIPP26.pdf>>. [Consult. em 28 novembro de 2017].
- Keohane, R. e Nye, J., 2012. *Power and Interdependence*. Boston: Longman.
- Kissinger, H., 2011. *Sobre a China*. Editora: Objetiva.
- Kissinger, H., 2015. *Ordem Mundial*. Editora: Objetiva.
- Lanteigne, M., 2009. *Chinese Foreign Policy: an introduction*. New York: Routledge.
- Large, D., 2009. China's Sudan Engagement: Changing Northern and Southern Political Trajectories in Peace and War. *The China Quarterly*, s.d., 199(1), pp. 610-626.
- Large, D., 2016. China and South Sudan's Civil War, 2013-2015. *The Center for African Studies, University of Florida*, 1 de setembro, 16(3), pp. 35-54.
- Lênin, V., 2003. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Editora: Centauro.
- Lopes, B., Cardoso, D. e Vadell, J., 2013. FOCAC: Estratégia Económica e Política de Cooperação Sul-Sul Sino-Africana. *Carta Internacional*, 22 de maio, 8 (2) pp. 81-99.
- Morgenthau, H., 2003. *A Política entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz*. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- Nascimento, D., 2012. A dimensão religiosa e étnica nos conflitos do Sudão: uma análise crítica. *Revista Ciência e Cultura*, s.d., 64(4), pp. 26-29.
- Nye, J., 1990. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. Nova Iorque: Basic Books.
- Oliveira, L. e Silva, I., 2011. Sudão do Sul: novo país, enormes desafios. *Journal of Global Studies Meridiano* 47, 23 de dezembro, 12(128), pp. 25-35.

- Pollock, G., 2007. Back to the Future: Understanding China's Return to Africa and its Implications for U.S. Policy. *Journal of Public and International Affairs, Princeton*, s.d, 18, pp. 55-79.
- Power, M. e Mohan, G., 2010. Towards a Critical Geopolitics of China's Engagement with African Development. *Geopolitics*, 25 de agosto, 15(3), pp. 462-495.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L., 2013. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Tradução do inglês por João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Edição Gradiva, Lisboa.
- Racy, J. e Oliveira, M., 2015. A Política Externa Chinesa: Relações com o Sudão – Um caso para a análise da Economia Política Internacional Chinesa. *Revista Pesquisa & Debate*. s.d, 26(2), pp. 49-64.
- Riak, M., 2013. Reversing the Trend of Corruption in South Sudan, Is Rwanda a Suitable Model? *Journal of Developing Societies, SAGE*, 26 de novembro, 29(4), pp. 487-501.
- Rolandsen, O., Glomnes, H., Manoeli, S. e Nicolaisen, F., 2015. A year of South Sudan's third civil war. *International Area Studies Review*. 24 de março, 18(1), pp. 87-104.
- Ross, A., 2015. An empirical analysis of Chinese outward foreign direct investment in Africa. *Journal of Chinese Economic and Foreign Trade Studies*, 12 de fevereiro, 8(1), pp. 20-26.
- Rothschild, E., 1995. What is security? *Daedalus*, s.d., 124(3), pp. 53-98.
- Schiere, R., 2014. The Impact of China on the Donor Landscape in African Fragile States. *Institute of Development Studies. IDS Bulletin*, s.d., 45(4), pp. 46-56.
- Silva, C., 2010. *Considerações sobre a Teoria Marxista Clássica do Imperialismo*. Aurora
- Teles, L. e Souza, M., 2015. A política externa da China, as relações com a África e a problemática dos direitos humanos. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, s.d., 14(17), pp. 69-88.
- Travers, P. e Owen, T., 2007. *Peacebuilding While Peacemaking: The Merits of a 3D Approach in Afghanistan*. UBC SDF Working Paper 3, s.d.
- Visentini, P. 2014. África e as Potências emergentes: o Sul e a Cooperação Profana. *Austral: Revista brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. s.d., 3(5), pp. 41-68.
- Waltz, K., 2011. *Teoria das Relações Internacionais*. Edição Gradiva, Lisboa.
- Wenping, H., 2007. The Balancing Act of China's Africa Policy. *China Security*, s.d, 3(3), pp. 23-40.

